

AS LEITURAS DA MEMÓRIA: A CIDADE IMAGINÁRIA DE UM CRONISTA DO SUL BRASILEIRO (ANTÔNIO ÁLVARES PEREIRA CORUJA E A PORTO ALEGRE DO INÍCIO DO SÉCULO XIX)

Sandra Jatahy Pesavento

A memória é traiçoeira, diz o adágio popular. No mínimo, seletiva, bem o sabemos!

A experiência fantástica de Funes, “el memorioso”, que conseguia recordar-se de tudo o que vivera, fazendo o registro evocativo de um mundo onde tudo estava presente e nada era esquecido – todas as lembranças, os detalhes, as circunstâncias múltiplas de cada instante, as ações aceitas e as rejeitadas, as idéias vitoriosas e as fracassadas – é proeza labiríntica da imaginação borgiana, que não é dada a acontecer entre os comuns mortais... (Monegal, 1970, p.82).

Ao contrário, a memória não é o espelho mimético do vivido ou do acontecido, mesmo que possa, tal como o cinema ou mesmo a literatura, criar uma ilusão referencial capaz de substituir-se ao real e realizar a proeza de, como representação, substituir-se ao referente.

Como nos diz Benjamin (1986, p.37), a memória não retrata a vida como ela é ou foi, mas a realidade lembrada por quem a viveu!

Temos, pois, dois elementos a compor: o da evocação/lembrança, que se articula ao da sensação/experiência, numa reconfiguração temporal.

Como processo mental e imagético, a memória reapresenta, no tempo do presente, uma vivência e uma sensibilidade transcorridas num outro momento. É, pois, representação que se coloca no lugar de um momento ou fato, objeto da rememoração. Neste tipo de reconstrução imaginária, a memória vence os limites da temporalidade, pois o passado não morre ou se encerra na sua dimensão do já acontecido, passando a irromper novamente, como revivido, através do trabalho da reminiscência.

Sandra Jatahy Pesavento é doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O passado é interrogado pelo presente, seja a partir de uma evocação voluntária, na realização de um esforço por lembrar algo acontecido, seja por meio de uma memória quase autômata, herdada, espécie de “habitus” bourdiano, que é capaz de ressurgir no presente ante uma palavra, objeto ou ambiente, que provoca o despertar de uma lembrança.

Recordar, no caso, é sempre um processo de estabelecimento de relações entre o passado e o presente, entre o indivíduo e o social, entre os próprios procedimentos de lembrar e esquecer. E, sobretudo, o que volta à mente já vem trabalhado e ressignificado, fazendo com que a ponte entre as temporalidades do passado e do presente se reatualize em sentidos.

Essa reinstauração simbólica do passado não elimina, portanto, a temporalidade física escoada entre os dois momentos.

Aquele que rememora recorta, seleciona, esquece, acrescenta, fazendo com que o trabalho se assemelhe a uma urdidura lenta e caprichosa, cheia de lacunas e silêncios preenchidos ou então desconsiderados, que são compostos com outros tantos detalhes, em cruzamentos e correspondências que se renovam.

Tem razão ainda Benjamin (p.37) quando associa o trabalho da memória com aquele de Penélope, com seu bordado, que contém mais daquele que tece e de sua experiência de lembrar do que propriamente do tema da recordação:

Pois o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido da sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência.

Mas a memória de que falamos neste texto é uma reminiscência específica, ou seja, é aquela que é recuperada pelas lembranças do cronista a respeito da sua cidade, a Porto Alegre do século XIX.

Trata-se de Antônio Álvares Pereira, dito o “Coruja”, alcunha que incorporou ao nome e pela qual passou a ser conhecido por todos aqueles que, desde o final do século XIX, leram as suas memórias sobre a cidade antiga.

Nascido em Porto Alegre em 1806, ali fez seus estudos e tornou-se professor de primeiras letras, para, mais tarde, eleger-se suplente de deputado na primeira legislatura rio-grandense. Foi chamado a assumir o cargo em dezembro de 1835, dentro de uma conjuntura conturbada, uma vez que já estava deflagrada a revolução que, por dez anos, iria opor o Rio Grande ao poder central do Império. Identificado com os farroupilhas, foi preso depois da retomada da cidade pelos legalistas, mas, con-

seguindo fugir, teve de rumar para o Rio de Janeiro, onde passou a residir até o fim de sua vida (Franco, 1983, p.11-12).

Pacata e modesta era a cidade de Porto Alegre de então, onde nasceu o cronista, no início do século XIX, e onde permaneceu vivendo até 1837, quando foi de muda para o Rio de Janeiro.

Mesmo assim, Coruja deve ter visto a população da cidade duplicar durante o tempo em que lá morara: de 6.035 habitantes em 1807, Porto Alegre atingiu 12.200 em 1833, nos aponta Macedo (1993, p.75)! Efeitos talvez da própria mudança de *status* – vila em 1809, cidade em 1822... – para aquela que era, por razões de ordem estratégica defensiva, a capital do Rio Grande de São Pedro desde 1773? Incremento da atividade comercial do seu porto, à beira do Guaíba, ligando os rios que desembocam no estuário com a lagoa dos Patos e a barra do Rio Grande, ao sul?

Portanto, a Porto Alegre, transformada em objeto da lembrança do cronista, não deve ter sido estática, embora o trabalho da reminiscência tenda a uma fixação da imagem pela memória.

Esses trinta anos da vida porto-alegrense de Coruja foram também aqueles em que pela cidade passaram viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire (1974), Nicolau Dreys (1927) e Arsène Isabelle (1946). Mesmo para os olhos de um europeu, que tinha outros parâmetros para a ancoragem das suas referências, a cidade parecia crescer, transformar-se, com novas construções a edificar-se. De uma certa forma, esses viajantes estrangeiros viam, no presente do pequeno burgo, um “futuro promissor” inscrito.

Já a temporalidade da narrativa de Coruja é aquela congelada no passado. Mudanças ocorreram, de certo, mas não para apagar aquela forma de vida urbana antiga que ele, cronista, vai reviver pela memória.

A cidade de então, visualizada pelo processo da reminiscência, não é um “vir-a-ser”, é uma temporalidade viva, sem dúvida, mas que se congela na sua dimensão de tempo escoado, de passado que se foi.

Para tanto, o autor utiliza termos precisos, que reforçam esta idéia de distância no tempo. Chama seu texto memorialístico de “Antigualhas”, e a própria frase com que inicia a narrativa acentua que muitos anos se passaram:

No tempo em que se vendiam os ovos a 2 e 3 por um vintém, se fazia nas tabernas dez réis de melado com água e no açougue (digo açougue no singular, porque só havia um) se vendia a libra de carne a vintém ou quinze réis, parece que também se vendiam nabos a doze por um vintém. (Coruja, 1983, p.15)

Esta temporalidade anunciada, que guarda o tom de bizarria, tal o estranhamento que se sente diante dos nomes, dos lugares, dos personagens e das sociabilidades que aí tinham lugar, deveria contrastar muito com o momento em que nosso cronista tece as suas reminiscências.

Ora, as Antigualhas foram publicadas na década de 1880 – primeiro, na *Gazeta de Porto Alegre*, após, pelo *Jornal do Comércio* e, depois, no *Anuário do Rio Grande do Sul*¹ –, quando a capital gaúcha passava dos 40 mil para os 50 mil habitantes (Macedo, 1993, p.75) e já apresentava um número significativo de transformações urbanas, como é o caso do bonde puxado a burro, a iluminação a gás, as ruas calçadas no centro da cidade, etc.

Em termos de recepção, havia, na Porto Alegre desse final de século, um público leitor para esse tipo de texto memorialístico. Ou seja, a capital gaúcha da narrativa de Coruja, ambientada para o início da centúria, era percebida como fazendo parte de um passado já distante, que as transformações da *urbe* viriam acentuar. O “velho” era transformado em “antigo”, reforçado pelo fato de que, materialmente, muitos daqueles traços não eram mais visíveis. Porto Alegre, no caso, se dispunha a encarar que já possuía um passado...

Para tanto, erguia-se a voz e a pena do cronista, que tudo vira e que vivera naquele tempo, a evocar esta temporalidade do passado. Em suma, havia já um horizonte de expectativas em termos de um público leitor disposto a consumir narrativas de natureza memorialística.

Por outro lado, Coruja escrevia do Rio de Janeiro, capital brasileira e maior cidade do País, onde fora viver desde que saíra de sua Porto Alegre, em meio à Revolução Farroupilha.

Embora o Rio não compareça de forma alguma nas reminiscências de Coruja – como parâmetro de distância entre o grande centro e a pequena cidade, por exemplo –, no plano da representação imaginária da cidade do passado, esse desnível de vivências urbanas deve ter potencializado o sabor do “antigo”.

A “sua” Porto Alegre da memória seria, sem dúvida, recuada, pequena, parada no tempo, povoada de personagens e maneiras outras, bem distinta na sua forma de ser das cidades do momento em que o cronista escrevia.

Temos, assim, três cidades a marcar referências para o texto: a Porto Alegre da reminiscência, do tempo da narrativa; a Porto Alegre do público leitor, da época da publicação de Antigualhas; e o Rio, de onde escreve Coruja, a relembrar a sua velha Porto Alegre, distante tanto no tempo quanto no espaço.

Nas suas memórias, Antônio Álvares Pereira Coruja não narra, contudo, nem a Porto Alegre do presente e nem a Porto Alegre do passado, mas a Porto Alegre em que viveu, revisitada pelas suas lembranças. Não se trata, no caso, da “memória involuntária” de Proust, pois o pobre Coruja, do Rio de Janeiro, não terá um registro visual e sensível de uma *madeleine* porto-alegrense para lhe despertar evocações e vivências passadas...

Seu trabalho de cronista é, deliberadamente, urdido com “cacos” de lembrança, num esforço para recuperar fragmentos com que compor um quadro de sentido, verossímil e convincente, que fornecesse, com cores pitorescas, um panorama da cidade passada para os porto-alegrenses de sua época.

Não sugere Costa Franco (1983, p.12) que teria sido justamente a boa acolhida pelo público de suas reminiscências nos jornais o fato que teria levado Coruja a publicar novas séries de memórias no *Anuário do Rio Grande do Sul*, organizado por Graciano Alves de Azambuja?

Portanto, há uma articulação entre produção/consumo, uma interação entre escrita e leitura que faz da obra de Coruja uma atividade de “memória voluntária”, à qual não faltam recursos estilísticos e estratégias de convencimento para oferecer ao público um produto que atenda ao horizonte de expectativas de uma cidade que cresce, que já se arvora a ter “passado” e que já qualifica o “velho” de “antigo”, transformando temporalidades em “lugares de memória”.

E que Porto Alegre é esta, recriada pelo imaginário de Coruja?

Nesse tempo antigo – tempo da narrativa –, nosso cronista evoca coisas, fatos e personagens que já não mais existem e dos quais não restou o menor traço.

Como no caso do cágado que vivia na fonte onde montava guarda uma sentinela, na então Rua do Poço, conjunto todo este que só é possível de ser vivido pela lembrança: “Hoje, nem sentinela, nem fonte, nem cágado. Há apenas o ‘locus ubi. Troya fuit’” (Coruja, 1983, p.18).

Para dar a ver o que não pode ser mais observável, o autor se vale dos recursos da narrativa e de sua função de “guardião” da memória da cidade. Espécie de arqueólogo de traços invisíveis e, por que não dizer, pitorescos – sentinela, fonte e cágado –, a descrição desse incidente, espaço e “atores” da cidade antiga é algo que se faz pelos caminhos da imaginação. A memória, que é retrospectiva, convoca sempre um objeto ausente, compondo a representação daquilo que já não é ou não mais está para ser visto, experimentado e sentido pelos leitores do presente.

Nosso cronista, no caso, parece estar consciente desta tarefa da narrativa memorialística que é a de presentificar um ausente:

Alguns lugares em outros tempos, muito conhecidos por certos e designados nomes, são hoje quase desconhecidos ou talvez esquecidos por ter desaparecido o que servia de motivos a tais designações. (p.30)

Para exhibir o passado, o autor recorre aos nomes que só ele sabe – “mencionarei alguns de que me recordo agora” – para que seu discurso se apresente compreensível.

“Já que se trata de antigualhas, é preciso não esquecer certos tipos daquela atualidade, e de que muita gente ainda se lembrará” (p.40).

Ou seja, Coruja aposta que seja possível aos velhos, como ele, recordar-se dos curiosos tipos da cidade:

O José Cabelos [...], preto velho, andador do Rosário e São Benedito, que nos dias de festa se apresentava de casaca, colete de seda branca bordada a ouro, calção, meias e botas de borla e que em certos dias se armava de uma touca tão pesada, que o fazia dormir em casa dos compadres [...] O Caixa D'Óculos [...] gago, ex-alfaiate, andador da irmandade das Almas [...] era figura obrigada em quanto foguete se atirava pela vila ou cidade, e acendedor exclusivo do fogo do divino [...]. O Manoel da Espada era o porteiro da câmara e creio que também dos auditórios, pardo, velho e fanhoso [...]; o Papai Lelé era um meirinho preto, alto, magro, idoso e sério, que quando ia fazer citações, envergava casaca preta, chapéu armado e a competente rosca [...]. (p.41-42)

Assim ia nosso cronista discorrendo sobre personagens estranhos, desenterrando dos mortos gente conhecida ou já totalmente esquecida: Amansa Burro, Baiana do Presépio, Vaca Braba, Tarofa, Luís Doido, Chico da Botica, Mil Onças, Pinta-Ratos, Corre com o Saco, Zé da Negras, Manoel das Mulatas, João dos Afetos, Chico da Vovó... São como que fantasmas, vindos de um outro tempo ao apelo da recordação do cronista, para povoar o passado de atores que lhe dão vida e que permitirão ao leitor não só imaginar como era a velha Porto Alegre como também ter uma noção de que o tempo transcorrerá desde aquelas época distante.

É de registrar o grande número de pretos ou pardos que compõem os tipos populares das lembranças do cronista. Escravos ou libertos, eles ocupam as ruas da cidade e desempenham as mais diversas funções, que vão do biscate a pequenos cargos públicos ou ao exercício de profissões artesanais e do comércio. Eles são muitos e estão em toda parte, mas o que

chama a atenção é a sua presença marcante entre os tais tipos pitorescos da cidade, que tanto se diferenciam do conjunto da população – daí porque são nomeados pelo cronista – quanto parecem conviver com ela em termos de normalidade. São, por assim dizer, exóticos, alguns excêntricos, outros ingênuos, outros ainda decididamente loucos mansos, que, mesmo fugindo à normalidade, estão a ela integrados, “naturalmente”...

Não estaria, entre as preocupações de Coruja, discutir o estatuto da escravidão, e é pelas entrelinhas, pelas lacunas ou pelas afirmações feitas que se pode inferir algo mais desta questão. O “negro bom” se acha talvez do lado desses tipos – pitorescos e inofensivos – ou então dele não se fala. O “mau” vamos achá-lo entre os enforcados, é não é por acaso que o primeiro e o último dos supliciados em Porto Alegre no sinistro Largo da Força tenham sido “homens de cor”... (p.24-25).

Na qualidade de testemunha ocular daquilo que narra, Coruja se vale da autoridade da fala e da visão – eu estava lá... –, tornando-se, ele próprio, “prova” daquilo que narra... Ele é, pois, narrador e fonte ao mesmo tempo, pois é sua rememoração que dá o testemunho do acontecido que se passou por fora da experiência do vivido de grande parte dos seus leitores. A memória se torna, assim, prova de uma temporalidade transcorrida que se reifica pela voz narrativa que conduz a evocação.

A pequenez da cidade das lembranças de Coruja permitia que, a rigor, quase todos se conhecessem, tornando o controle social muito forte e a identificação de muitos moradores por alcunhas ou apelidos que os individualizavam, tal como se viu com a nomeada dos tipos populares.

Quando Porto Alegre tinha menos população, punha-se alcunha em tudo, e em todos, e até nos governadores: Paulo José da Silva Gama era o Lentilha (ou outra coisa ainda mais feia); D. Diogo era o Verruga; Marquês do Alegrete, o Diabo Coxo; e Salvador José Maciel, o Cascudo. (p.31)

Entretanto, Coruja estava convicto das suas limitações e assevera que lhe era impossível lembrar tudo (p.60). Mas, justamente por isso, fazia questão de nomear e explicar tudo aquilo que lhe chegava à memória, com risco evidente de vir a esquecer um dia estes fragmentos do passado que ora recordava...

Tem consciência que memória e esquecimento andam juntos, e é para “salvar” para o presente uma temporalidade “perdida” a sua narrativa, mesmo que esta apresente incertezas ou lacunas.

Coruja tem ainda o seu senso de humor e a sua fina ironia... Ao des-

pedir-se, dando por encerrada uma das séries de artigos das suas Antigua-lhas, nosso cronista expõe o seu latinzinho – “*Memória hominis scorre-gabilis est, sicut unum porqui per barbas nostra*” –, dando, logo a seguir, a sua tradução do que diz ser um latim “macarrônico”: “se algum foi omitido, não foi por falta de esquecimento, como costumam dizer!” (p.90).

Deixa claro que sabe mais do que aquilo que diz e, quando diz, é discreto, usa de metáforas e subterfúgios. Assim, na Praça do Paraíso, moravam umas moças cantadeiras que não apenas “cantavam bem”... como levavam os rapazes “ao Paraíso” (p.22)! Por outro lado, o Alto da Bronze devia seu nome a uma mulher que, “por ditos e palavras, fatos e feitos, era conhecida pelo nome de não sei que de bronze” (p.16), mas, por conveniência de “pessoas sérias”, era chamada simplesmente “a Bronze”... Coruja insinua, deixando livre à imaginação do leitor, as tais habilidades da dita Bronze ou em que consistiria o cantar das outras moças, numa “malícia-ingênuia” de um século atrás! Faz pensar, inclusive, que a pacata Porto Alegre já tinha também, por essa época, os seus discretos segredos e pecados...

Por vezes, Coruja recomendava que quem não quisesse acreditar no que contava fosse consultar “as velhas daquele tempo” (p.44), que dariam as suas versões, acrescentando outros tantos pontos aos fatos. Sim, porque a memória, na sua criação de um outro tempo, cria “efeitos de realidade”, articulando verossimilhanças dotadas de um poder sugestivo de credibilidade.

Para os historiadores de hoje, na falta de outros dados, de fontes mais expressivas ou completas que permitam traçar um quadro da Porto Alegre dos inícios do século XIX, a narrativa memorialística assume o papel de fornecer traços ou registros que possibilitem “capturar” o passado da cidade. O texto de Coruja torna-se “fonte”, e de alta expressão informativa, para configurar a cidade da época.

Tome-se o caso dos becos, numerosos na Porto Alegre da primeira metade do século XIX, a entrecruzarem-se com as ruas principais. Nem todas as plantas da cidade os registram e deles temos, hoje, muito poucas fotos, estas já da segunda metade do século, mas que assinalam traçados e prédios do início da centúria.

No momento em que Coruja escreve as suas memórias, alguns desses becos já haviam sido rebatizados com outros nomes, ou então alargados e “rebatizados”, transformando-se em ruas. É Coruja quem, pela sua singular narrativa, nos faz saber os seus pitorescos nomes que povoavam a velha Porto Alegre: Beco do Céu, Beco do Poço, do Jogo da Bola, dos Marinheiros, do Trem, da Cadeia, dos Guaranis, do Ópera, Rua dos Nabos a Doze, dos Pecados Mortais...

Consegue-se, com essas informações, traçar uma carta da cidade diferente daquelas oficiais, com o que são preenchidas lacunas e silêncios sobre uma Porto Alegre que, no final do século, já se quer destruir... Um historiador da cidade consegue ler nas suas crônicas não só quais eram os becos, onde eles se situavam, quem neles morava, que construções abrigavam, como também até se torna possível traçar, por vezes, o caminho do seu surgimento dentro do processo de ocupação do solo urbano.²

Além disso, Coruja (1983, p.98) é capaz de acompanhar o desenvolvimento desses espaços da urbe no tempo:

Quem da Rua Clara descesse para os lados do rio, passando da Rua da Praia para baixo, aí encontraria à esquerda um terreno quase devoluto a que por falta de outro nome denominavam – Beco da Rua Clara. Este terreno, até certo tempo composto de um marachão ou entulhos, e a que puseram um paredão que servia de cais onde desembarcavam marinheiros frequentadores das bodegas e freges que aí se foram estabelecendo, foi por este fato conhecido pelo nome de Beco dos Marinheiros. Este beco foi crescendo; estendeu-se para o lado da nascente; e aumentou tanto, que forma o que hoje se chama Rua Sete de Setembro, que, como se vê, é composta de belos e custosos edifícios.

Na sua tarefa auto-imposta de trazer o passado para o presente, nosso cronista busca apoios e invoca testemunhos para as suas histórias, perguntando-se, contudo, se estariam ainda no rol dos vivos... (p.64).

Para desencanto dos leitores, o próprio Coruja se incumbem de esclarecer que há lacunas e ausências da parte daqueles que poderiam testemunhar em seu favor ou mesmo ajudá-lo a lembrar-se de certos pormenores... Como é o caso de um certo Laurentino, indicado pelo autor como testemunha vital para os incidentes que deflagraram a Revolução Farroupilha na madrugada de 20 de setembro de 1835, pois fora em sua casa de negócios, além da ponte da Azenha, que teriam se aboletado os primeiros farrapos vindos de Pedras Brancas... Mas esse precioso depoente, diz Coruja, acabara de morrer justo no momento em que o cronista mandava seu texto para o prelo (p.128)!

Testemunha ocular, remanescente de uma outra época, ele se encontra quase só para afiançar o que houve naquele tempo antigo, acabando por tornar-se a fonte inevitável para sua narrativa...

Nosso memorialista incorpora ainda, nas suas memórias, não só o que viu e ouviu, mas o que ouviu contar. Assim, não conhecera certos

personagens, mas sua descendência, ou então recolhia e acatava “só o que o povo dizia”.

Da mesma forma, na falta de identificação para uma afirmativa, Coruja emprega a expressão: “conta-se que”... (p.31).

Desse modo, Coruja afirma que não conhecera Manoel Fanha, o dono do botequim que dera nome ao beco, e também “nunca ouvira dizer”, nem lhe constava e nem era exato que ele fosse fanhoso, mas a alcunha ficara... (p.68). Da mesma maneira, Coruja afirma não ter chegado a conhecer a ponte que dera o nome à rua – Rua da Ponte, “mas as tradições que tenho são que essa ponte, se é que não era pinguela, era da travessa do Poço” (p.68).

A *tradição* é ainda invocada para retratar a Porto Alegre dos primeiros tempos, da época da chegada dos açorianos, na metade do século XVIII. Nem mesmo ele estava lá para testemunhar, e é assim que diz sobre a rua mais antiga da cidade:

Ora, segundo a tradição, a ermida ou capela de S. Francisco era na Quitanda Velha ou nas imediações do Beco do Fanha, e portanto aí se foram acomodando os primeiros povoadores formando o que depois se chamou Rua da Praia. Eis pois a Rua da Praia considerada como a rua mais antiga da cidade. (p.98)

Note-se que Coruja lida com a plausibilidade, e não com a veracidade. Seu argumento começa com o dado assente pela tradição – a localização da primeira capela –, seguido pela dedução lógica – “portanto aí se foram acomodando os primeiros povoadores” – para chegar à conclusão possível e natural: a Rua da Praia é considerada a mais antiga...

Da mesma forma, é com pressupostos imaginados, com possibilidades dotadas de credibilidade que ele retrata o panorama do sítio onde se instalaram os primeiros moradores do então Porto de Viamão, futura Porto Alegre:

Não está escrito se na época primitiva havia mato ou simplesmente macegal; é porém de crer que houvesse uma e outra coisa, e que os primeiros povoadores fizessem algumas derrubadas na colina e escolhessem na praia algum lugar de embarque e desembarque entre tantos ancoradouros que tem hoje a cidade. Também não está escrito em que ano foram para aí os primeiros povoadores; é porém certo e está escrito que em julho de 1754 aí aportaram diversas embarcações com tropa em direção à fortaleza de Jesus

Maria José de Rio Pardo, e que já no ano antecedente o capitão-general do Rio de Janeiro [...] tinha nomeado um religioso carmelita para servir de capelão aos ilhéus e paulistas que existiam no Porto de Viamão e também capelão da ermida de São Francisco. (p.97)

Há uma preocupação com o dado oficial, escrito, mas não é por falta dele que a sua narrativa deixará de ter coerência ou deixará de informar algo sobre o passado... Conta-se, diz-se, reza a tradição, ouvi dizer, lembro-me só disto, não sei ao certo, etc., são expressões recorrentes de uso no texto de Coruja, quando constrói as suas reminiscências.

Tal como Heródoto, ele incorpora dados e fatos que lhe chegam por terceiros, fazendo com que sua narrativa se teça também por intermédio das coisas não vistas, e das quais ele é o único fiador. O leitor, no caso, deve confiar na sua clarividência e seleção de depoimentos e detalhes sobre um tempo tão recuado em que nem mesmo ele estava presente.

Ou seja, Coruja vai desenrolando a bobina da memória, estabelecendo correspondências e cruzamentos, invocando testemunhos, histórias vividas e contadas, tradições e ditos populares sem autor, para reconstituir o passado diante dos olhos do leitor.

Assim, não viveu na época do famoso e temperamental governador José Marcelino de Figueiredo, mas conta histórias que ouviu contar daquele tempo, por outros que, supostamente, presenciaram tais fatos. Entre essas pequenas histórias, Coruja narra sobre o incidente, ocasionado por “coisas próprias de gênio arrebatado” (p.19), que fizera José Marcelino prender na cidade, fechando os seus portões, os vereadores que “vereavam” em Viamão e que ele queria que realizassem suas sessões em Porto Alegre. Mesmo entendendo que o governador usara de modos “militares” para obrigar os vereadores a morar em Porto Alegre, continuando com as “cavalarias altas” a que era dado, Coruja não deixa de registrar que, mesmo autoritário, ele tinha o seu humor: “No dia seguinte, quando lhe foram perguntar por que motivo os fizera deter, respondeu-lhes que era para assistirem as Ladainhas de Maio!” (p.19).

Nessa linha de encadeamento de reminiscências, diz não ter conhecido o portão que havia no século XVIII, a fechar o entrincheiramento tão discutido que a cidade parece ter ostentado antes daquele muro construído por ocasião da Revolução Farroupilha. O tal portão não era do seu tempo, mas, em compensação, nosso cronista conhecia seu chaveiro, que aliás morava... (p.128)!

Não afirma que as coisas tenham sido desta ou daquela maneira,

mas conta o que sabe, o que lembra, o que lhe contaram. Reúne traços, estabelece correspondências e articula uma trama, para dar a ver essa Porto Alegre pequena, onde, como diz, as socialidades eram simples, e onde também, à vista de sua menor população, todos se conheciam e onde ainda cabiam versinhos e cantares singelos, que “hoje já não teriam mais lugar”... (p.26).

Para dar força à narrativa e, com isso, convencer e traduzir a vida e o clima de uma época passada, nosso cronista introduz no seu texto uma historieta imaginária... a partir de pessoas e lugares que existiam, mas que, na trama fantasiosa, portam os seus nomes de época!

Assim é que um certo Pisa-Flores de Figueiredo, bom moço e bom cristão, dá uma volta na cidade, num domingo, pelo que percorre as ruas e becos, a falar com todos os personagens que lhe aparecem à frente...

Como o dia estava sombrio, o Sr. Pisa Flores quis dar um passeio a cavalo, e subindo ao Alto da Bronze, foi alugá-lo ao Luís Nenhures, e enquanto se encilhava este (o cavalo, não o Nenhures) divertiu-se ele em ouvir uma conversa muito anilada entre o Nenhures e o Pedro Mandinga, sobre as novidades da véspera à noite. (p.33)

E Coruja vai nomeando espaços e gentes de antanho, com graça e desenvoltura, que forçam o leitor de hoje a adivinhar o percurso, tal como forçaria o leitor de outro final de século a identificar os personagens. Contudo, Coruja toma precauções, pois, mesmo depois de ter anunciado que se tratava de uma brincadeira, de um “romance feito à pressa”, alerta que este romance

[...] para muitos será um enigma, mas que para outros fará despertar recordações adormecidas. Desde já peço desculpa a quem nele encontrar anacronismo ou falta de coevidade (deixe passar o termo), pois não é meu fim fixar datas. (p.32)

Não se trata, pois, de veracidade, mas de uma estratégia que “dá a ver” uma cidade segundo a vivência do seu autor, que a representa de acordo com suas lembranças.

Nosso cronista tem, pois, um certo interlocutor, constituído por aquele público que, antigo como ele, consegue estabelecer as correspondências com o passado e identificar lugares, personagens e costumes. Para os mais jovens, que não viveram o tempo da memória, cabe o bizarro e a charada de uma outra época, a demonstrar que a cidade de Porto Alegre

já se fazia velha na sua história. Para estes, e também para os pósteros, Coruja cria lugares de memória que, à força de seu uso e difusão na leitura e escrita sobre a Porto Alegre antiga, acabarão por fixar os pontos de ancoragem da identidade urbana da cidade antiga.

Neste momento, o texto memorialístico se faz história, e a memória de Coruja se converte em fonte obrigatória.

Essa sua cidade imaginária situa-se no plano ambíguo entre aquela *urbe* que teria sido um dia e a imagem proporcionada pela força do relatado.

É neste sentido que se acha a força do relato memorialístico de Coruja: suas representações da cidade passada, pelo testemunho de uma vivência, pela riqueza do detalhe, pelos engenhosos artificios da escritura, convertem-se em fonte privilegiada para o historiador que buscar resgatar a Porto Alegre antiga.

Fonte preciosa, sem dúvida, pelo muito que diz e que possibilita inferir, numa grade de cruzamentos, com outros traços e indícios da mesma cidade.

À objetividade dos dados oficiais – que Coruja não desconhece e até cita –, nosso cronista ousa ir mais além, na busca de uma cidade sensível, onde se articulam os dados da experiência pessoal com uma sintonia mais difusa que dá vida a moradores e lugares.

Uma coisa é o que está escrito, diz Coruja, outra é o que se pode inferir e imaginar: como eram os espaços nessa época mais recuada, como procederam os moradores, onde se foram acomodando os açorianos recém-chegados, quem foram os primeiros ocupantes das ruas, onde estavam localizadas as tavernas, quais os usos e os costumes da terra, etc.

Para esses tempos que não viveu, Coruja como que convida o leitor a imaginar, com ele e a partir do que ele sabe, porque lhe contaram, como seria a Porto Alegre no seu nascedouro, na época da chegada dos açorianos.

Para o historiador interessado nas representações do urbano, que traduzem uma sensibilidade dos lugares e das gentes, a cidade de Coruja poderia ter existido e é dotada de uma coerência simbólica inegável.

Sem dúvida que esses percursos da memória dizem respeito a uma alteridade – a cidade de um outro tempo, onde as pessoas tinham usos, falares e nomes que causam estranhamento. Mas não será justamente esta a grande façanha da História, a de pensar esse outro no tempo, ou este “país estranho” do passado?

Criando uma representação sobre esse passado, a narrativa memorialística cumpre este papel de fixação do imaginário da cidade de um

outro tempo, forjando uma identidade e produzindo uma espécie de discurso normativo que legitima todo um sistema de idéias e imagens sobre a Porto Alegre antiga.

Mais do que isso, esse discurso memorialístico é dotado de uma coerência de sentido, mesmo que mescle coisas vistas e vividas com outras referidas, que associe experiência com narração ficcional deliberada para despertar a evocação dos mais antigos e o estranhamento dos mais novos.

Apesar de impregnado do manifesto saudosismo de quem rememora, o texto de Coruja proporciona, ao historiador deste fim de século, uma espécie de mergulho no tempo, no clima de uma outra Porto Alegre, quase levando o leitor a concluir, tal como o cronista:

Bons tempos estes em que se compravam ovos a três por dois vinténs, com dez réis de melado com água se tomava nas tavernas um bom refresco, e os pobres davam graças a Deus quando recebiam uma moeda de 5 réis. (p.70)

NOTAS

1. Conforme Franco, Sérgio da Costa. Introdução. In: Coruja, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas*. Porto Alegre: ERUS, 1983, p.12.
2. Conforme Pesavento, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. Porto Alegre, Colóquio “As palavras do cidade”, setembro 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas*. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio Grande: Ed. da Biblioteca Rio-grandense, 1927.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Introdução. In: CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1946.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.
- MONÉGAL, E. Rodríguez. *Borges*. Paris: Seuil, 1970.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. 1820-21*. São Paulo: EDUSP, 1974.